

Monteiros e Montaria em Portugal na Idade Média: um projeto de dissertação para o seu estudo¹

Afonso S. Sousa

Universidade de Coimbra

Universidade Nova de Lisboa - Instituto de Estudos Medievais

Resumo: O presente texto apresenta um projeto de dissertação que procura teorizar os monteiros régios nos finais da Idade Média, na sua estreita ligação com a História florestal, animal e cinegética. Este passa pela identificação dos oficiais que guardaram as coutadas régias, bem como a sua zona de atuação. A análise central tem uma moldura temporal que se inicia no reinado de D. Dinis (1279) e vai até ao final do reinado de D. Afonso V (1481), sendo certo que serão analisados elementos anteriores a este período, sobretudo para se compreender o momento em que se passou dos monteiros, como meros caçadores, para os monteiros oficiais ao serviço do rei. O espaço geográfico a explorar compreende todo o território continental do Reino de Portugal. Assim, abordamos neste artigo o enquadramento historiográfico do tema, as fontes a explorar, a metodologia de trabalho e algumas considerações provisórias..

Palavras-chave: Monteiro; Montaria; Coutada; Floresta.

Abstract: The present text presents a dissertation project that seeks to theorize the royal monteiros in the late Middle Ages, in their close connection with forest, animal and hunting history. This involves the identification of the officers who guarded the royal reserves, as well as their area of activity. The central analysis has a temporal frame that begins in the reign of D. Dinis (1279) and goes until the end of the reign of D. Afonso V (1481), being certain that elements prior to this period will be analyzed, mainly to understand the moment when one passed from the monteiros, as mere hunters, to the official monteiros in the king's service. The geographic space to be explored comprises the entire continental territory of the Kingdom of Portugal. Thus, in this article we approach the historiographical framework of the theme, the sources to be explored, the work methodology and some provisional considerations.

Keywords: Monteiro, Montaria; Coutada; Forest.

¹ Este artigo é enquadrado por uma Bolsa de Investigação afecta ao projeto de investigação FALCO - Formulando a relação entre humanos e outras espécies no Portugal medievo (Hypothesising Human-Animal Relations in Medieval Portugal), financiado por fundos nacionais pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT EXPL/HAR-HIS/1135/2021), em execução desde 1 de janeiro de 2022.

1. Tema, cronologia e espaço

O projeto de dissertação de mestrado que estamos a desenvolver procura trabalhar os monteiros régios nos finais da Idade Média, como um corpo orgânico, ao serviço do rei, fundamental na gestão e proteção da floresta medieval portuguesa.²

Um dos principais objetivos desta investigação é proceder ao levantamento e identificação de todos os oficiais – monteiros-mores do reino, monteiros-mores das montarias e monteiros – desde o momento em que são nomeados para o exercício de funções, até ao momento da sua aposentação. Esta recolha permitirá analisar a composição deste corpo de oficiais a diversos níveis, tais como: os indivíduos e as suas redes familiares, as suas funções e obrigações, hierarquias e privilégios, posicionamento social e poderes, estes sobretudo ao nível dos oficiais superiores, em especial os monteiros-mores do reino.

A par deste trabalho, serão identificadas as várias montarias que existiam no Reino de Portugal, os espaços naturais que abrangiam, os coutamentos que lhes eram aplicados e o período em que estiveram ativas.

Cronologicamente, o principal enfoque incide entre os reinados de D. Dinis (1279-1325) e D. Afonso V (1438-1481). Este período inicia-se em finais do século XIII, porque é precisamente nessa altura que surgem as primeiras referências a monteiros como oficiais régios incumbidos de proteger determinada montaria. Embora a intenção fosse trabalhar até ao final do século XV – porventura até 1495, ano em que finda o reinado de D. João II – a quantidade muito considerável de documentação para o reinado de D. Afonso V inviabilizou essa possibilidade.

Em adição a esta moldura cronológica, e como contextualização histórica, serão tidos em conta os séculos anteriores, desde a formação do Reino de Portugal, uma vez que importa entender quem são os monteiros que surgem documentados, pelo menos, desde o reinado de D. Afonso Henriques. Essas referências, algo dispersas e imprecisas, levantam sérias dúvidas quanto à função que desempenhavam, sendo certo, em muitos casos, que os monteiros referidos seriam meros caçadores, incumbidos de servir o rei nas suas caçadas quando necessário, não havendo, ainda, qualquer função de guardar e gerir espaços florestais.

² A dissertação que estamos a desenvolver está a ser orientada pelo Professor Doutor Saul António Gomes, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Do ponto de vista geográfico, a análise incidirá, naturalmente, sobre todo o espaço continental do Reino de Portugal, ressaltando esporádicas referências a outros espaços europeus, que serão abordados no intuito de trazer alguns dados acerca dos congêneres dos monteiros noutros reinos medievais.

2. Enquadramento historiográfico

Este conjunto de oficiais medievais não teve, até ao presente, um estudo realmente aprofundado. No entanto, surgiram alguns contributos historiográficos de relevo. Destacam-se os de Henrique Gama Barros, na *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, nos tomos VI³ e IX,⁴ e os de Carlos Baeta Neves em: “Dos Monteiros-mores aos Engenheiros Silvicultores”;⁵ “Alguns dos Principais Aspectos da Política Florestal em Portugal até ao Século XVII”;⁶ e “O Ensino Superior Florestal em Portugal: antecedentes históricos, origem e evolução até à atualidade”.⁷ José Mattoso também abordou a temática num texto intitulado “A Caça no Soajo”.⁸ Mais recentemente, Rita Costa Gomes escreveu algumas considerações acerca dos monteiros régios no contexto da Corte em: *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*.⁹ Manuela Mendonça abordou estes oficiais, sobretudo no contexto do reinado de D. João I, na introdução do *Livro de Montaria*¹⁰ que publicou e, por fim, José Abalo Buceta, na mais recente publicação deste mesmo tratado de Montaria.¹¹

Para o estudo e identificação dos espaços florestais coutados, que os monteiros eram encarregues de proteger, e na gestão e proteção dos mesmo, há dois artigos de

³ Henrique G. Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, tomo VI (Lisboa: Livraria Sá da Costa- Editora, 1950), 37-92.

⁴ Henrique G. Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, tomo IX (Lisboa: Livraria Sá da Costa- Editora, 1953), 141-169.

⁵ Carlos Baeta Neves em, “Dos Monteiros-mores aos Engenheiros Silvicultores”, *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, vol.28 (1965) 19-172.

⁶ Carlos Baeta Neves, “Alguns dos Principais Aspectos da Política Florestal em Portugal até ao Século XVII”, *Instituto dos Produtos Florestais* (setembro 1980): 1-6.

⁷ Carlos Baeta Neves, “O Ensino Superior Florestal em Portugal: antecedentes históricos, origem e evolução até à atualidade”, *Anais do Instituto Superior de Agronomia* (1984): 153-174.

⁸ José Mattoso, “A Caça capítulosno Soajo”, in *Fragmentos de uma composição medieval*, ed. José Mattoso (Lisboa: Estampa, 1987), 205-211.

⁹ Rita C. Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média* (Lisboa: Difel, 1995), 33, 257-258, 146-159.

¹⁰ D. João I, *Livro de Montaria*, Manuela Mendonça (ed.), (Ericeira: Mar de Letras, 2003).

¹¹ José Maria de Abalo Buceta, “Livro da Montaria de D. João I de Portugal” (tese de doutoramento, Universidad de Valladolid, 2008).

Nicole Devy Vareta que se destacam: “Para uma Geografia Histórica da Floresta Portuguesa: As Matas Medievais e a «Coutada Velha» do Rei”¹² e “Para uma Geografia Histórica da Floresta Portuguesa: do Declínio das Matas Medievais à Política Florestal do Renascimento (séc. XV e XVI)”.¹³ No quarto volume da *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e António Oliveira Marques, também são abordados os espaços coutados nos finais da Idade Média, no capítulo intitulado: “A Propriedade Fundiária e a Produção”.¹⁴ É ainda relevante destacar o artigo de Koldo Trápaga Monchet que estuda as florestas reais portuguesas segundo a legislação produzida entre os séculos XV e XVII.¹⁵

No plano da História comparada, podemos apontar no estudo da floresta e dos congéneres dos monteiros em Inglaterra: J. Charles Cox, *The Royal Forests of England*;¹⁶ e Charles R. Young, *The Royal Forests of Medieval England*.¹⁷ Dentro da mesma temática, mas com um maior foco na prática cinegética e na História animal, na atual França, o recente estudo de Hannele Klemetilla: *Animals and Hunters in the Late Middle Ages*.¹⁸ Por fim, realço no estudo das leis florestais inglesas, a dissertação de mestrado de José Vitor Canabrava intitulada “A Lei da Floresta: Poder e Política na Inglaterra Medieval (séculos X-XIII)”.¹⁹

3. Fontes

Relativamente às fontes escritas, há três grupos que importa distinguir. De forma

¹² Nicole Devy Vareta, “Para uma Geografia Histórica da Floresta Portuguesa: As Matas Medievais e a «Coutada Velha» do Rei”, *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, I série, vol.1 (1985): 47-67.

¹³ Nicole Devy Vareta, “Para uma Geografia Histórica da Floresta Portuguesa: do Declínio das Matas Medievais à Política Florestal do Renascimento (séc.XV e XVI)”, *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, I série, vol.1 (1986): 5-37.

¹⁴ António O. Marques, “A Propriedade Fundiária e a Produção”, in *Nova História de Portugal-Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, dir. Joel Serrão, António O. Marques (Lisboa: Editorial Presença, 1987), 76-122.

¹⁵ Koldo Trápaga Monchet, “El estudio de los bosques reales de Portugal a través de la legislación forestal en las dinastías Avis, Habsburgo y Braganza (ca. 1435-1650)”, *Philostrato. Revista de Historia y Arte* (2017): 5-27.

¹⁶ John C. Cox, *The Royal Forests of England* (London: Methuen & Co., 1905).

¹⁷ Charles R. Young, *The Royal Forests of Medieval England* (Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1979).

¹⁸ Hannele Klemetilla, *Animals and Hunters in the Late Middle Ages* (New York: Taylor & Francis, 2015).

¹⁹ José Vitor Canabrava, “A Lei da Floresta: Poder e Política na Inglaterra Medieval (séculos X-XIII)” (dissertação de mestrado., Universidade de Brasília, 2017).

a contextualizar a presença dos monteiros em Portugal, antes do final da Idade Média, recorreremos a um conjunto de obras que contêm um grande número de documentos publicados.²⁰ Foram encontradas referências nas seguintes obras: *Diplomatário da Sé de Viseu*,²¹ *Chancelaria de D. Afonso III*,²² *Documentos Medievais Portugueses*,²³ *Portugaliae Monumenta Historica*.²⁴

O segundo grupo inclui a documentação emitida pelo poder régio, entre o reinado de D. Dinis e o de D. Afonso V. Desde as Chancelarias, às Cortes e Ordenações.²⁵

Finalmente, estes dados serão complementados com a recolha de elementos retirados de fontes literárias – como por exemplo o *Livro de Montaria* de D. João I,²⁶ ou o *Livro da ensinança de bem cavalgar toda a sela* de D. Duarte²⁷ – e também com um

²⁰ As obras que foram rastreadas, mas onde não localizámos referências relevantes são: *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)* Rui de Azevedo, Avelino de J. da Costa (eds.), (Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979); *Livro dos bens de D. João de Portel: cartulário do século XIII*, Pedro de Azevedo, Anselmo B. Freire (eds.), (Lisboa: Colibri, 2003); *Liber Fidei Sanctae Bracarenensis Ecclesiae*, Avelino de J. da Costa, José Marques (eds.), t.1 e 2 (Braga: Arquidiocese de Braga, 2016).

²¹ *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*, Leontina D. Ventura, João da C. Matos (eds.), (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010).

²² *Chancelaria de D. Afonso III: Livros II e III*, Leontina D. Ventura, António R. de Oliveira (eds.) (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011).

²³ *Documentos medievais portugueses – Documentos Régios: documentos dos Condes Portugueses e de D. Afonso Henriques, A.D. 1095-1185*, Rui de Azevedo (ed.), vol.1, t.1, (Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1958).

²⁴ *Portugaliae monumenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et consuetudines*, Alexandre Herculano (ed.), vol. I, fasc. I, II, IV, V, (Lisboa: Typis Academicis, 1856-1866); *Portugaliae monumenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Scriptores*, Alexandre Herculano (ed.), vol. I, fasc. II, III (Lisboa: Typis Academicis, 1860-1861); *Portugaliae monumenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae*, Alexandre Herculano (ed.), vol. I, fasc. II (Lisboa: Typis Academicis, 1869); *Portugaliae monumenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Inquisitiones*, Alexandre Herculano (ed.), vol. I, fasc. I-II, III, IV-V, VI, VII, VIII, IX (Lisboa: Typis Academicis, 1888-1977); *Portugaliae monumenta historica Nova Série: Inquisitiones*, José A. Pizarro (ed.), vol. IV/1 (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda e Academia das Ciências de Lisboa, 2012); *Portugaliae monumenta historica Nova Série: Leges et Consuetudines*, António Matos Reis (ed.), vol. IX/1 (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa).

²⁵ Destaco também neste tópico o “*Livro Vermelho do Senhor Rey D. Afonso V*” publicado em: *Collecção de Livros Inéditos de História Portugeza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II*, José C. da Serra (ed.), tomo III (Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1793).

²⁶ Para esta fonte existem diversas publicações, podemos destacar: *Livro da Montaria Feito por D. João I Rei de Portugal*, Francisco E. Pereira (ed.), (Coimbra: Imprensa da Universidade e Academia da Ciências de Lisboa, 1918); *Obras dos Príncipes de Avis*, Mário L. de Almeida (ed.), (Porto: Lello & Irmão, 1981), 9-232; D. João I, *Livro de Montaria*; José Maria de Abalo Buceta, “Livro da Montaria de D. João I de Portugal” (tese de doutoramento, Universidad de Valladolid, 2008).

²⁷ Faremos uso de: *Livro da ensinança de bem cavalgar toda a sela que fez El-Rey Dom Eduarte de Portugal e do Algarve e senhor de Ceuta*, Joseph M. Piel (ed.), (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986).

conjunto de fontes cronísticas.²⁸ No contexto literário, no plano internacional, há também um conjunto de obras a ter em consideração, das quais podemos destacar, por exemplo: *Livre de Chasse* de Gaston Fébus;²⁹ *The Master of Game* de Edward, Duque de York,³⁰ e o *Libro de la montería*, de Alfonso XI de Castela.³¹

Para além destas, as fontes iconográficas também serão alvo de análise. Realço, desde já, a pequena, mas muito relevante, placa figurativa circular encontrada em Conímbriga e cuja datação é ainda anterior ao período medieval (século III d.C.). Nesta, surge representada uma cena de caça na qual um cão ataca um javali em fuga, evidenciando a antiguidade desta prática no território que hoje é Portugal.³² Já dentro do contexto medieval, podemos referir as representações de caça presentes em diversos túmulos portugueses de finais da Idade Média.³³ Nestes podemos identificar diversos elementos relativos à prática cinegética que surgem referidos nas fontes escritas. Desde a componente animal (cavalos, cães, aves, javalis), até aos utensílios, sejam armas ou instrumentos (lança, ascua, corno, trela).

4. Metodologia

Do ponto de vista metodológico, a investigação inicia com a análise dos volumes 1 e 2 da História Florestal, Aquícola e Cinegética que preenchem os períodos de 1208-1438 e 1439-1481, respetivamente.³⁴ Este percurso, já feito, visou a recolha de todos os

²⁸ Realço que algumas das fontes cronísticas podem não conter qualquer informação pertinente para a temática que estamos a desenvolver. Ainda assim, parece-nos relevante que se rastreie o maior número possível. Podemos dar como exemplo: Gomes Eanes Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Francisco E. Pereira (ed.), (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915); Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Giuliano Macchi (ed.), (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004); *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Maria Brocardo (ed.), (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006); *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, Manuela Mendonça (ed.), (Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2011).

²⁹ Acerca deste destacamos, sobretudo a análise já mencionada de Hannele Klemetilla em: Hannele Klemetilla, *Animals and Hunters in the Late Middle Ages* (New York: Taylor & Francis, 2015).

³⁰ Edward of Norwich, *The Master of Game*, William A. Baillie-Grohman, F. N. Baillie-Grohman (eds.), (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005).

³¹ Alfonso XI, *Libro de la Montería, estudio y edición crítica*, María I. M. Ramirezl (ed.), (Granada: Universidad de Granada, 1992).

³² Veja-se a fig. 1.

³³ Até ao momento foram identificados cinco túmulos com representações de caça: Túmulo de Gomes Martins Silvestre (Monsaraz); Arca tumular de Vasco Esteves de Gatuz (Estremoz); Arca tumular de Fernão Sanches (Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa); Túmulo "dito de Dona Branca [Pires Portel]" (Museu de Lamego, Lamego); túmulo de Pedro Afonso de Portugal, Conde de Barcelos (São João de Tarouca).

³⁴ *História Florestal Aquícola e Cinegética*, Carlos Baeta Neves (ed.), vol.1-2, (Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas Direção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, 1980, 1982); A estes dois

documentos em que surgem menções a monteiros ou montarias. Ao todo foi possível identificar 79 cartas relevantes no primeiro volume e 502 no segundo. De um total de 581 cartas, há 451 que não surgem publicadas nessas obras, sendo que 420 cartas são provenientes da Chancelaria de D. Afonso V, não publicada.

Assim, a segunda fase deste estudo prendeu-se com a transcrição paleográfica de alguma documentação, contando com o apoio das várias Chancelarias Régias que já se encontram publicadas. A recolha e tratamento desta informação serviu para construir uma extensa base de dados trabalhada segundo uma metodologia de base prosopográfica.

A estes elementos acresce a análise das Ordenações, onde se destacam as de D. Duarte³⁵ e as Afonsinas, sobretudo, com o “título LXVII: Do Montei-ro Moor, e cousas que a seu officio pertencem”.³⁶

De forma a complementar toda esta informação faremos um percurso pelas fontes literárias e cronísticas, em parte já referidas, retirando qualquer informação relativa a este conjunto de oficiais que possa ser relevante. O mesmo será feito relativamente a qualquer fonte iconográfica que se revele importante.

5. Estrutura provisória

No que diz respeito à estrutura iniciaremos com um enquadramento acerca dos monteiros que surgem documentados muito antes dos finais da Idade Média. Abordando quem eram estes indivíduos, em que moldes atuavam e, sobretudo, quais as semelhanças, ou diferenças, entre estes monteiros e os monteiros-oficiais. Ainda de forma introdutória procuraremos abordar a floresta em Portugal e a caça, sobretudo na sua vertente de montaria.

No segundo capítulo serão identificados os monteiros, monteiros-mores das montarias e monteiros-mores do reino, ao serviço da Coroa, em associação às matas que seriam incumbidos de guardar. O período no desempenho do cargo, a forma de acesso ou abandono do posto, as funções exercidas e os privilégios de que usufruem

volumes acrescem dois documentos do volume 3, cujas datações ainda integram o período que abordamos: *História Florestal Aquícola e Cinegética*, vol.3.

³⁵ *Ordenações Del-Rei Dom Duarte*, Martim de Albuquerque, Eduardo B. Nunes (eds.), (Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 1988).

³⁶ *Ordenações Afonsinas: Livro 1*, Mário Costa, Eduardo Nunes (eds.), (Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1998), pp. 398-405.

serão, entre muitos outros aspetos, foco de análise. Pretende-se, portanto, reunir uma extensa lista de monteiros e montarias que permita uma caracterização consistente desta função.

O terceiro capítulo será dedicado à atuação dos monteiros, no contexto da caça, uma vez que o acompanhamento do monarca na prática cinegética é uma das mais importantes obrigações destes oficiais. Importa entender de que forma operavam os monteiros e explorar os animais³⁷, armas e outros utensílios de que faziam uso neste contexto. Embora o cavalo e diferentes tipos aves tivessem uma enorme relevância, trataremos aqui, sobretudo, o cão. Uma vez que este surge, de forma constante, como o animal que os monteiros deveriam possuir para servir o rei, tratando-se de uma verdadeira “ferramenta de trabalho” para estes oficiais.

6. Breves hipóteses e dados semitratados

Embora a maior parte do tratamento dos dados ainda esteja por fazer, há algumas ilações que podem ser tiradas quanto ao exercício da função de monteiro.

No que diz respeito à idade de reforma, as Ordenações Afonsinas são bastante claras, indicando que “se alguú Monteiro das Comarcas era velho, e em hidade de setenta annos, o Monteiro Moor ho apouentava”³⁸. Existem vários documentos que comprovam esta disposição. Veja-se o caso do monteiro Vasco Anes que surge, na sua carta de aposentação, “poussado per hidade de sateenta annos”³⁹ e numa outra carta, em que se nomeia o seu sucessor, como sendo aposentado por ser de idade cumprida.⁴⁰

Contudo, a documentação também revela exceções. Certos oficiais reformam-se com mais idade⁴¹ e surgem outros motivos associados à aposentação. Desde a

³⁷ Veja-se, a título de exemplo, o caso do monteiro João Frade que mesmo depois de aposentado continuaria a ser obrigado a manter um cão para a caça: “e este monteiro aquy conteudo tenha huu sabujo pera nosso serviço posto que apouentado seja”, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Chancelaria de D. Afonso V, livro 27^o, fl. 153.

³⁸ *Ordenações Afonsinas*, p. 401.

³⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Chancelaria de D. Afonso V, livro 37^o, fl. 14v.

⁴⁰ “Vasco Anes seu pay morador no dicto logo da Lavrugeira que ora apoussentaron por seer d’hidade conprida”, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Chancelaria de D. Afonso V, livro 37^o, fl. 14v.

⁴¹ “o quall ora apouentamos per ser de ydade de oytenta annos” Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Chancelaria de D. Afonso V, livro 33^o, fl.58; “d’Afomso d’Elvas seu tyo que ora apoussentaron porquanto era velho e passava muito da hidade de que he hordenado” Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Chancelaria de D. Afonso V, livro 34^o, fl. 54.

cegueira,⁴² à lesão de membros como o braço ou perna,⁴³ ou mesmo a participação em batalhas, caso da Batalha de Alfarrobeira contra o monarca D. Afonso V.⁴⁴

Apesar de todos os encargos associados ao exercício da função de monteiro, surgem referências que nos permitem identificar que estes indivíduos teriam outras ocupações profissionais. Embora estas referências não sejam constantes – e pesando o facto de ainda ter muitos dados por tratar – já foram identificadas algumas ocupações profissionais que fariam parte do quotidiano destes oficiais. Exemplos destas ocupações são: tecelão,⁴⁵ cordoeiro⁴⁶ ou carpinteiro.⁴⁷

Esta é, portanto, uma proposta de estudo de um conjunto de oficiais medievais que, de certa forma, se materializa num trabalho de História ambiental, na medida em que trabalha a relação do Homem com o meio natural. Estes indivíduos e as suas funções expõem a vontade dos monarcas medievais portugueses em proteger e reservar para, tanto a fauna como a flora, num conjunto muito significativo de espaços florestais. Um processo que não é singular no panorama europeu.

⁴² “velho e cego de huu olho” Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Chancelaria de D. Afonso V, livro 27^o, fl. 153; “apousentamos por seer velho cansado e cego” Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Chancelaria de D. Afonso V, livro 25^o, fl. 91.

⁴³ “he velho e aleijado d’huum braço e muito doenthio”, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Chancelaria de D. Afonso V, livro 24^o, fl. 99; “he aleijado de hua perna e de huu braco de tall guissa que nom pode servir a dicta montaria”, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Chancelaria de D. Afonso V, livro 13^o, fl. 112v; “por seer aleijado de huua perna e nom pode servir a dicta montaria” Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Chancelaria de D. Afonso V, livro 11^o, fl. 79.

⁴⁴ “em logo e vaga de Fernam d’Omem morador em Aaveiro o quall perdeo a dicta montaria por sseer com o Ifante Dom Pedro na Batalha d’Alfarrobeira”, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Chancelaria de D. Afonso V, livro 11^o, fl. 90v.

⁴⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Chancelaria de D. Afonso V, livro 8^o, fl. 91.

⁴⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Chancelaria de D. Afonso V, livro 28^o, fl. 9v.

⁴⁷ *História Florestal, Aquícola e Cinegética*, vol. 2, doc. 324, 95-96.

7. Anexos



Fig. 1 – Placa figurativa em bronze onde se vê um cão a atacar um javali em fuga (século III d.C.).

Consultado em: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=106277> (21/03/2022).



Fig. 2 – Cena de caça de montaria presente no túmulo de D. Pedro, Conde de Barcelos (século XIV). Atualmente em São João de Tarouca.

Fotografia própria.



Fig. 3 – Cena de caça de montaria presente num túmulo de um anónimo. (século XIV). Atualmente no Museu de Lamego.

Fotografia própria.



Fig. 4 – Cena de caça presente no túmulo de Vasco Esteves de Gatuz (século XIV). Atualmente na Igreja de São Francisco de Estremoz.

Fotografia própria.